

HABEAS CORPUS Nº 514.423 - DF (2019/0163503-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
PACIENTE : RONEY PEREIRA DE QUEIROZ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RONEY PEREIRA DE QUEIROZ contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, proferido na Apelação n.º 0000012-09.2018.8.07.0003.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado, em primeiro grau, como incurso no art. 157, §2º, inciso I, do Código Penal, à pena de 6 (seis) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, e 16 (dezesseis) dias-multa à fração mínima legal.

O Ministério Público e o Paciente apelaram.

A acusação pugnou pelo aumento da pena-base, valorando-se negativamente a personalidade, conduta social e antecedentes do Réu. A Defesa requereu a absolvição do apelante por insuficiência de provas e, subsidiariamente, o afastamento da causa de aumento referente ao emprego de arma.

O Tribunal *a quo* deu parcial provimento ao recurso da Defesa e ao do Ministério Público para, mantida a condenação, excluir a causa especial de aumento prevista no inciso I do § 2º do art. 157 do Código Penal, majorar a pena-base e readequar a reprimenda para 7 (sete) anos e 4 (quatro) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, e 16 (dezesseis) dias-multa.

O acórdão foi assim ementado (fls. 96-97):

"DIREITO PENAL. DIREITO PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO. MATERIALIDADE E AUTORIA. PROVA DOCUMENTAL E ORAL. COERÊNCIA E HARMONIA. RECONHECIMENTO EM JUÍZO. SUFICIÊNCIA. EMPREGO DE FACA. ANÁLISE COMO CIRCUNSTÂNCIA DO CRIME. CONDUTA SOCIAL, PERSONALIDADE E ANTECEDENTES. CONDENAÇÕES TRANSITADAS EM JULGADO EM DATA ANTERIOR AO FATOS. RECURSOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS.

1. O Conselho Especial deste Tribunal declarou, incidenter tantum, a inconstitucionalidade formal do art. 4º da Lei 13.654/2018. Na oportunidade, modulou os efeitos da declaração de inconstitucionalidade,

definindo efeitos ex nunc. Assim, referida lei deve ser aplicada em relação aos fatos anteriores ao início da sua vigência (23/4/2018) e até o dia 8/11/2018.

2. A prova documental (auto de prisão em flagrante e auto de apresentação e apreensão: apreendida uma faca e o aparelho celular subtraído, ambos encontrados na posse do acusado); testemunhal (depoimento de policiais militares que realizaram a prisão em flagrante) e as declarações prestadas pela vítima na fase inquisitorial e em juízo imputando o crime ao réu; aliadas ao reconhecimento formal realizado por ocasião da audiência de instrução, apontado o réu pela vítima como sendo o autor do delito, definem a autoria do crime de roubo em exame ao réu.

3. Com o advento da Lei 13.654/2018, publicada em 23.4.2018, o emprego de faca em cometimento do roubo não mais configura a causa especial de aumento prevista no inciso I do § 2º do art. 157, CPB. No entanto, tal pode ser valorado negativamente em sede do art. 59, CPB, como circunstância do crime.

4. Condenações por fatos anteriores com trânsito em julgado, ainda que alcançadas pelo prazo depurador, embora não sejam hábeis para configurar a reincidência, são aptas para exasperar a pena-base, servindo de fundamento para valorar negativamente a personalidade, a conduta social e os antecedentes do apelante, desde que tratem de condenações distintas.

5. Recursos da Defesa e do Ministério Público conhecidos e parcialmente providos."

O presente habeas corpus questiona a dosimetria da pena.

Afirma a Defensoria Pública Impetrante que "a conduta social e a personalidade do agente não se confundem com os antecedentes criminais, porquanto gozam de contornos próprios, referem-se ao modo de ser e agir do autor do delito, os quais não podem ser deduzidos, de forma automática, da folha de antecedentes criminais do réu" (fl. 4).

Busca, assim, a concessão liminar da ordem, para sanar constrangimento ilegal "que está sendo imposto ao PACIENTE, decotando da pena a ele imposta o quantum acrescido pela valoração negativa da sua conduta social e personalidade" (fl. 11).

É o relatório inicial.

Decido o provimento urgente.

Em juízo de cognição sumária e prelibatória, não reputo configurado um dos requisitos para o deferimento da medida urgente requerida, pois a Parte Impetrante

não demonstrou a configuração do requisito do *periculum in mora* – ônus que compete à Defesa –, já que não esclareceu, concretamente, de que forma a concessão da medida urgente refletiria **imediatamente** na situação prisional do Paciente, já que permaneceria no regime fechado, em virtude dos maus antecedentes, mesmo após diminuída a pena.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Tribunal de origem, com **juntada da folha de antecedentes** do Paciente, que deverá informar a **SENHA** para obter acesso aos andamentos processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora